

# TIRADENTES

***Ganha a alma  
do povo quem  
não trai jamais***

*Texto de Nilson Lage*



Como todo herói, Tiradentes teve duas vidas. A primeira terminou a 21 de abril de 1792, quando o alferes contemplou as costas dos soldados formados em triângulo e, para além, a multidão que enchia o Campo de São Domingos, no Rio de Janeiro; com a cabeça tapada, ouviu o repique dos tambores, sentiu o empurrão do carrasco e percebeu que saltava do patamar da forca para o absoluto silêncio.

A segunda vida, esta transcorre no interior da fantasia de cada cidadão deste País, seja o que o conheceu de passagem nos bancos da escola seja o que priva de sua intimidade, nas páginas dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Porque Tiradentes é o mais simpático dos heróis nacionais brasileiros, aquele que o povo tem preferido para nele refletir seus sentimentos. Este papel simbólico evidentemente custa algum polimento e algum verniz no conto original da vida de Joaquim José da Silva Xavier.

Há pouco tempo, um azedo desmistificador da História andou removendo o verniz e tentando reconstituir as arestas que separam o homem que viveu do símbolo que ainda vive: estabeleceu, por exemplo, que o alferes foi barbeado e teve a cabeça raspada antes de morrer, que se portou com temeridade na tarefa de propagar a idéia da revolução, tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro, que sua estatura, seus traços físicos e até as suas motivações não são exatamente como as descritas na biografia preferida pelos cultores do símbolo histórico.

Na raiz desta tentativa — não a de apurar os fatos, mas a de usá-los para combater o culto público de Tiradentes — há uma série de equívocos e o primeiro deles é supor que a segunda vida de um herói popular pode ser conforme os detalhes conhecidos da primeira, e nada mais. Na verdade, o retrato que faz de Tiradentes cada um que o imagina é aquele que melhor acentua o conteúdo de heroísmo e martírio.

Jovem de pouca habilidade nos negócios, eterno alferes sem esperança de promoção, prisioneiro cuja caminhada até o patíbulo é descrita com as minúcias do Calvário — cada instante desse conto admite uma possibilidade diferente de identificação. No Cancioneiro da Inconfidência, Cecília Meireles toma o caso de Tiradentes para denunciar a tirania que liberta quem não presta e persegue quem é bom; mas para o sambista, gente de outra classe, o que se destaca nele é a virtude proletária e humilde dos que, sendo traídos, ainda assim não traem jamais.

O culto oficial de Tiradentes, no período após 1964, foi instituído pela Lei 4.897, de 9 de dezembro de 1965, e pelo Decreto 58.168, de 11 de abril de 1966, assinado pelo Presidente Castello Branco. O primeiro desses diplomas declara Joaquim José da Silva Xavier Patrono da Nação Brasileira e manda que, a 21 de abril, todos os anos, as repartições públicas, escolas, sociedades anônimas e empresas concessionárias de serviços públicos de todo o Brasil reúnam seus servidores para homenagear "o glorioso republicano". O decreto de 1966 elege como modelo para a reprodu-

ção da efígie de Tiradentes a estátua em que ele aparece cabeludo, barbado e com longa túnica, na praça fronteira à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Estes textos parecem indicar que se consumava a apropriação da figura de Tiradentes pelo sistema de poder então instituído no País. No entanto, os traços marcantes do símbolo histórico autorizaram, nos anos seguintes, a sua utilização mais pelos opositores do que pelos beneficiários do regime, o que explica o fato de a lei e o decreto terem tido aplicação moderada, a iníção, para caírem em seguida no quase esquecimento. Restaram apenas as tradicionais manifestações escolares e as homenagens das polícias militares estaduais, de que Tiradentes é patrono de longa data.

A Inconfidência Mineira foi, objetivamente, uma conspiração abortada de proprietários e intelectuais. No seu bojo, porém, formalizaram-se sentimentos de contestação à tirania que têm sabor universal e durável. Estes sentimentos dão sentido libertário a Tiradentes e se expressam, por exemplo, neste trecho da Lira XXVII de Tomás Antônio Gonzaga, poeta também envolvido na trama rebelde:

*Aos bárbaros, injustos vencedores  
Atormentam remorsos, e cuidados;  
Nem descansam seguros  
Nos Palácios, cercados  
De tropa, e de altos muros.  
E a quantos nos não mostra a sábia História  
A quem mudou o fado em negro opróbrio  
A mal ganhada glória!  
(Lira XXVII)*

Só um regime muito seguro de si e confiante em sua legitimidade poderá algum dia sustentar como lema versos desse gênero, assumir o sentimento dos inconfidentes e toda a carga emocional do martírio do alferes.

## **O PANO DE FUNDO: UM COLONIZADOR COLONIZADO**

Quando o Rei D. Sebastião morreu, em 1580, não deixou descendentes. A sucessão coube a seu tio-avô de 66 anos, D. Henrique, a quem coube governar por alguns meses. Em 1581, as cortes de Tomar aclamaram como rei de Portugal o mais poderoso dentre os pretendentes do trono: era D. Felipe, filho da irmã mais velha de D. João III e neto de D. Manuel, o Venturoso. Ocorre que esse Felipe era rei de Espanha e, em decorrência, surgiu a união dinástica das duas nações. A União Ibérica, que duraria até 1640, sob o reino de três Felipes, nasceu assim de um golpe branco, legitimado pela nobreza de Portugal.

Nesse período, Portugal participou da política guerreira da Espanha e perdeu boa parte de suas possessões, na África e na Ásia. O comércio com o Oriente, objetivo declarado da grande expansão marítima portuguesa, tornou-se impraticável para o país que, em meados do século XVII, tinha sua marinha destruída. Holanda e Inglaterra, inimigas de Espanha, pontificavam como as novas potências marítimas, enquanto a França e seus corsários corriam em faixa própria.

No entanto, foi durante a dominação espanhola que mais se expandiu o território brasileiro, justamente porque, pertencendo todas as colônias sul-americanas ao império do mesmo rei, não havia razão para conter-se a penetração partindo do Atlântico até as muralhas naturais dos rios da Bacia do Prata e da Cordilheira dos Andes. Os próprios conflitos em que se envolveu a União Ibérica apressaram a ocupação do Norte, com a expulsão dos franceses de São Luís (homenagem ao Rei Luís XIII da França) do Maranhão, em 1615, a conquista do Grão-Pará, em 1616, a expulsão dos holandeses e ingleses da bacia amazônica, em 1632. Ainda no quadro das guerras movidas pelos Felipes figuram as duas invasões holandesas, na Bahia (1624 a 1625) e em Pernambuco, onde a Companhia das Índias Ocidentais de Maurício de Nassau permaneceu por 24 anos, a partir de 1630.

A restauração da coroa portuguesa foi decorrência, por um lado, do enfraquecimento interno do regime dos Felipes, que teve de recorrer a soldados de Portugal para enfrentar a Revolução da Catalunha, e, de outro, da reação nacionalista desfechada em Lisboa, ao embalo da eloquência do Padre Antônio Vieira. Um golpe de mão expulsou o Ministro Miguel de Vasconcelos, encerrando o governo da Duquesa de Mântua. O oitavo Duque de Bragança foi aclamado D. João IV, vigésimo primeiro rei de Portugal.

Tudo mudara, no reino, cuja prosperidade e sobrevivência agora dependiam exclusivamente do Brasil. O fim do comércio asiático retirou de muitos portugueses o meio de sobrevivência e forçou o êxodo em larga escala de migrantes para a colônia americana. O que restava dos recursos mercantis e da tradição naval se empenhou, com toda a Nação, em assegurar a propriedade do Brasil, em negociar com suas riquezas e em transportar para cá levas de negros escravos, capturados ou comprados na possessão africana de Angola. Até para expulsar de lá os holandeses, teve a Coroa de recorrer a uma força expedicionária brasileira, que partiu sob o comando do Capitão-Mor Salvador Correa de Sá e Benevides, em 1648.

A Espanha levou um quarto de século para reconhecer a restauração portuguesa. A Holanda que, em nome da guerra com a União Ibérica, estendera a ocupação de Pernambuco até Alagoas, ao Sul, e até o Maranhão, ao Norte, recusou-se a fazer a paz com o reino restaurado, mesmo quando lhe foi proposto o reconhecimento destas conquistas, com a divisão permanente do Brasil; ficou claro que sua intenção era expulsar da América (e de Angola) todo sinal do domínio português.

Foi nesta situação de extrema fraqueza e ameaças que a cúpula administrativa de Portugal, formada pela nobreza mercantil que via ainda no comércio a única forma de acumular riqueza, tomou uma decisão histórica: em nome da segurança nacional e do domínio político da colônia, alienou para sempre sua autonomia econômica e condenou o reino a ser, por muitos séculos, vassalo da Inglaterra. Esta, justamente então, com a revolução de Cromwell, começava a transformar-se no primeiro Estado imperialista dos tempos modernos. Possuía um dinamismo novo e uma nova visão de poder.

Os acordos firmados com a Coroa inglesa em 1642, 1654, 1661 definiram a história portuguesa daí em diante e influenciaram a sorte do Brasil até meados do século XX. Os comerciantes ingleses conquistaram fantásticos privilégios: extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar. Em todas as possessões portuguesas, a Inglaterra passava a manter agentes. Impotente, o rei de Portugal respondeu à agressão da esquadra inglesa com novas concessões, em 1654. Em troca de tudo, promessas de apoio político, até que, em 1661, uma cláusula secreta pela qual os ingleses dispunham-se a defender as colônias portuguesas contra quaisquer outros estrangeiros.

As relações especiais estabelecidas com a Inglaterra — antecipação em vários aspectos da dominação do imperialismo contemporâneo sobre as nações frágeis e de elites equivocadas — vão explicar porque o ouro e os diamantes das minas brasileiras, no século XVIII, ficaram aqui em muito pequena parte e em Portugal pouco também, indo somar-se à correnteza do industrialismo britânico. Explicam, ainda, porque Portugal, impedindo a industrialização e a modernização do Brasil, não conseguiu também industrializar-se ou tornar-se potência moderna; tornam inevitável o alinhamento português na guerra napoleônica; justificam o comboio da esquadra inglesa quando a família real de Portugal mudou-se para o Brasil em 1808; fazem evidente o motivo pelo qual o movimento constitucionalista do Porto (1821) articulou-se no exílio londrino e respeitou os privilégios ingleses.

Aí, finalmente, se encontra a raiz da influência inglesa no Império e na República do Brasil, sempre devedor, sempre importador de tecnologia, invadido quase sempre pela ideologia colonial — até que as duas guerras mundiais desfizeram esses laços para impor outros — com os Estados Unidos. Como dizem os americanos, *mais do mesmo*.

Em 1703, o acordo celebrado com a Inglaterra sobre comércio, conhecido pelo nome do negociador inglês, Methuen (John), significou a renúncia a qualquer pretensão manufatureira. Vinte anos antes, forçado pela balança comercial negativa em face da decadência das exportações de

açúcar do Brasil (era forte, então, a concorrência das Antilhas), Portugal chegara a iniciar uma política de substituição de importações, a tal ponto que conseguira fabricar todo o tecido que consumia. Como esta política prejudicava as vendas para Portugal, a Inglaterra aliou-se aos vinicultores portugueses e, oferecendo uma redução de tarifas para a importação de vinho, conseguiu jugular o esforço industrial de Lisboa.

As concessões então feitas em troca da conquista do mercado tiveram valor relativo: a redução do imposto sobre o vinho de Portugal (um terço a menos que o pago pelos vinhos franceses) foi unilateralmente tornada sem efeito através de um tratado da Inglaterra com a França, em 1786. É que, então, já interessava à Inglaterra penetrar com seus produtos industriais na Europa continental e as importações de vinho viabilizaram a conquista deste mercado. Para impedir que Portugal reclamasse, foi mantida a proporção, mas com privilégio alfandegário tão insignificante que jamais representava diferença significativa para o preço final do produto.

Não se cogitava de tais desdobramentos na época da restauração, nos anos que se seguiram a 1640. A penetração inglesa começou numa fase em que eram comuns as alianças dinásticas. Em 1641, Portugal firmou tratado com a França pelo qual esta o ajudou na luta contra os espanhóis. Em 1661, a Holanda obteve, em troca do reconhecimento de que perdera a possessão no Brasil, uma indenização, privilégios relativos ao comércio de açúcar e o reconhecimento português de seu domínio sobre o Ceilão, Málaca e as Molucas. A guerra com a Espanha se desenvolveu em quatro fases militares distintas até o tratado de paz, que só veio em 1669. E a forma das concessões portuguesas parece bizarra da perspectiva contemporânea: as cidades de Bombaim e Tânger, além de dois milhões de cruzados, foram cedidas aos ingleses, em 1661, como dote ao Rei Carlos II, por desposar a portuguesa Infanta D. Catarina.

### **ASSIM NASCERAM AS OLIGARQUIAS BRASILEIRAS**

Desde o começo, administrar o Brasil foi muito difícil, não só porque o território é muito extenso, como porque seu povoamento pelos europeus se fez em diferentes pontos e de distintas maneiras, configurando realidades econômicas, políticas e culturais diversas. Em alguns momentos, na colônia, no Império e na República, pareceu que a unidade do País estava prestes a se espatifar.

A política de Lisboa e, mais tarde, a do governo brasileiro, flutuou, permanentemente, entre duas tendências, a de conceder autonomia maior aos poderes locais e a de, pelo contrário, impor uma autoridade centralizada.

No primeiro século de colonização efetiva, a tendência dominante da Corte portuguesa foi liberar e incentivar a autonomia dos colonos: no Brasil se mantinha apenas uma administração rudimentar, com pequena jurisdição efetiva e um papel mais de comunicar do que de gerir. Isso explica a importância que adquiriram as câmaras municipais que com grande autonomia, vão comandando a vida colonial; fixam salários e preços de mercadorias, regulam o curso e valor de moedas, propõem e recusam tributos reais, regulamentam o comércio, fundam e reconhecem arraiais e povoações; chegam até a suspender governadores e a prender funcionários do rei.

Graças a esta autonomia multiplicam-se as bandeiras, com o alcance que tiveram na tarefa de penetração e conquista territorial. São ainda os colonos que conduzem operações contra aventureiros de várias nacionalidades que davam à costa. Seu papel é conhecido no caso da expulsão dos holandeses: pode-se afirmar que o fim da Holanda Equatorial deveu-se mais à revolta causada pela política predatória dos administradores da Companhia das Índias Ocidentais, após o período de Nassau (chegou então a ser alegação de Estado, para justificar a corrupção reinante, o argumento de que não existe pecado ao Sul do Equador) do que a qualquer empenho efetivo da Coroa portuguesa. A expulsão dos holandeses, em 1654 – e a Batalha de Guararapes, em 1648-1649 – são os primeiros marcos da criação do sentimento nacional brasileiro.

Quem controlava as câmaras eram os grandes fazendeiros, únicos eleitores na escolha de seus membros. As câmaras compreendiam três ou quatro vereadores, presididos por um juiz ordinário, de vara vermelha. Quando havia um juiz designado pelo rei (juiz de fora, daí o nome da cidade mineira), ele usava vara branca e vivia de salários pagos pela Coroa. Segundo as Ordenações

Filipinas, do tempo da União Ibérica, as câmaras municipais tinham suas funções judiciárias limitadas a casos menores — furtos, ofensas, aferição de pesos e medidas, abastecimento e higiene — da alçada de um magistrado menor, o juiz almotacé. Apesar dessa restrição legal (irrealista, no caso), algumas câmaras no Brasil tornaram-se tão poderosas que tinham seus próprios representantes em Lisboa, ignorando por completo a administração colonial.

Desses proprietários rurais que se irá originar, a despeito das vicissitudes posteriores, a oligarquia presente até nossos dias na história brasileira. O termo oligarquia provém de Aristóteles que o define como a dominação de uma classe social minoritária quando esta se corrompe a ponto de defender apenas o interesse dos ricos. Na oligarquia aristotélica, os prósperos beneficiários não cuidam de investir recursos em atividades de interesse geral, mas preocupam-se sobretudo em aplicações que assegurem o seu próprio fortalecimento no poder. É esta mais ou menos a acepção do termo quando aplicado, na América Latina, ao controle político dos grandes proprietários territoriais.

A partir da restauração (1640), o liberalismo da Coroa com relação aos colonos cede lugar à tendência contrária — de centralização, controle e submissão dos interesses locais aos interesses metropolitanos. Isto decorre em boa parte da importância que o Brasil assumia para Portugal e do próprio desenvolvimento da colônia: deixara-se crescer o bolo, agora se tratava de comê-lo, não de reparti-lo. Multiplicam-se as restrições comerciais, não mais episódicas, porém sistemáticas. Em 1661, é proibido o comércio da colônia a todos os navios estrangeiros. Cartas Régias revigoram e especificam a proibição, nesse ano e no seguinte. Em 1684, veda-se aos navios saídos do Brasil tocarem em portos estrangeiros, para impedir qualquer contrabando. Carta Régia de 1711 chega a proibir que moradores do Brasil viajassem a países estrangeiros sem antes escalar na metrópole. Tornara-se Portugal um entreposto comercial de produtos brasileiros. Companhias privilegiadas instituem-se, no modelo holandês, para facilitar o controle do comércio.

Outra preocupação foi a de cercear qualquer concorrência aos produtos da metrópole. Proibiu-se o cultivo de plantas como a castanheira e a oliveira (até hoje raras no Brasil); impediu-se a instalação de manufaturas, até de fogos de artifício. Para a execução deste saque organizado, complica-se a estrutura de poder, até então muito simples. Junto aos portos, nas cidades litorâneas, forma-se uma camada de comerciantes oriundos e identificados com os interesses da metrópole, freqüentemente associados a suas companhias e beneficiários dos favores reais. Aos poucos, esta nova classe vai empolgando maior parcela de prestígio e poder administrativo. Data daí o enfraquecimento das câmaras municipais e sua infiltração pelos comerciantes. As câmaras vão sendo proibidas de convocar juntas, de intimar governadores, de recusar-se a comparecer incorporadas em palácio: reproduzia-se no Brasil o avanço do absolutismo em Portugal. Mesmo São Paulo, onde o liberalismo colonial dera frutos tão notáveis (e onde, por isso mesmo, prosperara o grupo de fazendeiros autônomos que veio dar origem à aura das atuais famílias que se dizem "paulistas de 400 anos"), recebeu em 1721 um governador nomeado pelo rei, com autoridade discricionária. Cerrava-se a cortina "sobre um passado de ativa independência", como escreve Washington Luís (o presidente deposto pela Revolução de 30) em *A Capitania de São Paulo*.

A classe dos comerciantes integrados ao espírito metropolitano será também protagonista de muitos dos eventos históricos subsequentes. Seu poder e influência sobre o povo nas cidades do litoral explicam, por exemplo, porque a execução de Tiradentes pôde ser festejada no Rio de Janeiro. Sua atuação catalisadora será marcante no processo que conduziu à renúncia de D. Pedro I, e nas lutas políticas que terminaram situando a oligarquia rural no poder, que deteve por todo o Segundo Império e a República Velha. Até hoje, a atividade comercial de exportação e importação, bem como o comércio miúdo das cidades brasileiras, reflete sua origem naqueles tempos em que comerciar era privilégio dos reinóis que mal entravam no País e, com o coração e o pensamento presos à terra natal, aqui ficavam à beira-mar como agentes avançados do entreposto comercial distante.

Não só são relativamente numerosas as firmas com tradição portuguesa como uma pesquisa feita entre cidadãos de Portugal que emigravam para o Brasil, há apenas duas décadas, indica a generalizada esperança de aqui se estabelecerem no comércio. Esses ingênuos portugueses,

comumente oriundos da atividade agrícola, superestimavam os lucros comerciais possíveis no Brasil, como se ainda vivessem nos tempos de D. Maria I e do ouro das minas gerais.

## **DESPOSE UMA ÍNDIA E GANHE UMA FAZENDA, PROMETE O REI**

Em 1750, morto D. João V, o novo rei, D. José I, convocou Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para chefiar o gabinete português. Foi um período interessante, marcado por iniciativas que tiveram conseqüências notáveis para o Brasil.

Até então, bom número de indígenas furtara-se à escravidão vivendo em comunidades sob a proteção dos padres da Companhia de Jesus. Era-lhes permitido preservar idioma próprio, normalizado por sobre as diferenças dialetais para vasta área do País e que, cada vez com maior freqüência, os colonizadores adotavam até para as pregações do púlpito — a língua geral, seguramente mais difundida do que o português entre o povo. Ao lado do sentido messiânico do cristianismo e da tecnologia disponível pelos padres, os índios mantinham outros traços de sua cultura própria, dos quais era particularmente ameaçador o costume tribal da propriedade comunitária das terras.

Provavelmente houve exagero na avaliação desta ameaça. A enorme colônia era ainda desconhecida. A Península Ibérica chegavam relatos espantosos da experiência do contato com os incas, cujas instituições imperiais eram ainda nominalmente preservadas: para a cultura inca, a ociosidade era o pecado basilar e a escravidão algo inadmissível. A imagem do eldorado social brotava na fantasia européia como expressão do sentimento de culpa pela inominável brutalidade que se cometia contra o homem americano, em todo o continente. Voltaire incluiu um índio — Cacambo — entre os personagens de seu livro satírico, o *Cândido*.

Pelo sim, pelo não, Portugal vinha pondo as barbas de molho. Leis tentavam impedir a escravidão dos índios. Desde 1727, o tupi era idioma ilegal. Pombal avançou aceleradamente por este caminho. Em 1759, a Companhia de Jesus foi proscrita e expulsos do Brasil os seus membros. Ao mesmo tempo, a Coroa instruiu seus representantes na colônia a, no interesse superior do Estado, zelar pela integração dos indígenas que aprendessem português, se destinassem a ofícios que se integrassem, afinal.

Um decreto recomendou o casamento de portugueses com índias, explicando aos súditos de D. José I que isto não lhes deixaria "infâmia alguma" e, pelo contrário, os tornaria mais dignos da atenção do monarca e preferidos para a obtenção de terras; os bebês mestiços de tais uniões, assegurava Lisboa, "serão hábeis e capazes de qualquer emprego".

A expulsão dos jesuítas teve outras conseqüências. Desde a chegada dos primeiros padres da ordem ao Brasil, em 1549, eram eles os responsáveis por todas as atividades de ensino na colônia; o que ocorreu, portanto, em 1759, foi a destruição pura e simples de todo um sistema de ensino. De um momento para o outro, fecharam-se 25 residências, 36 missões, 17 colégios e seminários (Portugal não permitia o ensino superior no Brasil, exceto para a formação de sacerdotes), sem contar os seminários menores e as escolas de alfabetização espalhadas em grande número pelo território.

Como déspota esclarecido — espécie que vicejou no século XVIII, o Século das Luzes — Pombal foi administrador contraditório. Procurou apoiar a burguesia portuguesa, quer reduzindo privilégios da nobreza e clero, quer estimulando a instalação de manufaturas. Buscou reduzir a influência inglesa no Brasil, embora precisasse do apoio britânico para enfrentar a Espanha, a princípio por via diplomática e logo no campo militar (a guerra — mais uma — começou em 1762). Seu apogeu como governante iniciou-se em 1755, na esteira do terremoto que destruiu Lisboa e criou condições para um governo forte.

Algumas das medidas pombalinas que poderiam ter beneficiado a colônia (a contenção do desvio de ouro para a Inglaterra, o estímulo à industrialização) não duraram muito, porque ra da realidade de dependência econômica em que mergulhara Portugal. Em 1776, renunciava o ministro; D. Maria I, que o sucedeu no poder, proibiria, em 1785, o funcionamento de qualquer indústria no Brasil. Além de extinguir as companhias de comércio que Pombal fundara para operar no Brasil (a

do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba), a soberana levou ao limite seu empenho em tomar impostos da colônia. Para exemplificar isto, bastam as instruções que o Visconde de Barbacena recebeu, em janeiro de 1799, do Ministro Martinho de Melo e Castro, sobre a cobrança de direitos na Capitania de Minas Gerais:

*Para os lançamentos dos direitos de entrada na Capitania de Minas Gerais, além dos que têm pago os gêneros, efeitos e fazendas para o Rio de Janeiro, são os ditos gêneros classificados em secos e molhados. Na classe dos secos se compreende tudo o que não é comestível e se impõe um direito de 1.125 réis por arroba, e na dos molhados, tudo o que pode servir para comida e bebida, e se impõe o direito de 750 réis por carga computada em duas ou três arrobas. Daí resulta que o alqueire de sal, por exemplo, que custa no Rio 800 réis, paga em Minas Gerais 750 réis de imposto de entrada, isto é, quase 94%.*

Era o fim de festa: atiravam-se ônus pesadíssimos sobre uma população desprovida de fonte apreciável de recursos, já que a produção aurífera entrara em colapso. Além do mais, taxavam-se por igual artigos de luxo e gêneros de primeira necessidade.

O verdadeiro sentido de tudo isso está explícito no documento que justificou a proibição das manufaturas no Brasil: tratava-se de impedir que os habitantes da colônia, dispendo de terras férteis, pudessem acumular riqueza bastante e produzir bens industriais que os tornassem inteiramente independentes da metrópole.

A independência era, mesmo da perspectiva lisboeta, questão de tempo e oportunidade.

## **RASGA-SE O PEITO DE FERRO, LEVA-SE O CORAÇÃO DE OURO**

As primeiras jazidas de ouro com possibilidades comerciais importantes foram descobertas em 1698-1699, nas margens do Rio das Velhas, afluente do São Francisco. Mais ou menos na mesma época, o metal aparecia na região onde hoje está Ouro Preto. De qualquer forma, os descobrimentos se sucederam. Em 1719, localizou-se ouro em Mato Grosso. Seis anos mais tarde, em Goiás e na Bahia.

Na verdade, o ouro de aluvião é encontrado no leito e nas margens dos rios brasileiros com relativa facilidade. Ele resulta de um processo geológico em que a água destrói as rochas matrizes e deposita a poeira de ouro em áreas superficiais extensas. As grandes concentrações de minério aurífero são raras e nelas o teor é baixo. Sua exploração não era possível nas condições de atraso tecnológico da colônia. E as restrições coloniais à metalurgia impediram que se aproveitasse riqueza abundante em Minas — o ferro que ali aflora à superfície.

O ouro durou três quartos de século — o período do fausto da corte portuguesa, quando todos os problemas do reino se resumiam em impedir o contrabando e desestimular qualquer sonho separatista. Pandiá Calógeras calcula, no quadro da página seguinte, o montante da produção, em quilogramas.

Para enfeitar o sonho dourado dos portugueses, encontraram-se, em 1723, os diamantes da Chapada Diamantina, só reconhecidos como pedra preciosa seis anos mais tarde. Em livre extração (de 1729 a 1733), 300 mil quilates foram exportados para Portugal, provocando, pelo excesso de oferta, a queda do preço do quilate em 75%; em regime de monopólio de Estado, a exportação foi de 50 mil quilates, entre 1734 e 1739.

Desde 1740, a exploração foi outorgada a pessoas que se obrigavam a pagar uma quantia fixa à Coroa. Em 1771, porém, a Fazenda Real encampou a garimpagem em todo o distrito diamantino, que circunda a atual cidade mineira de Diamantina (Arraial do Tijuco). Organizou-se uma junta administrativa, sob a direção de um intendente, para ocupar-se da matéria. Outras áreas de ocorrências diamantíferas foram isoladas de qualquer penetração humana, como reservas para exploração posterior: os vales do Jequitinhonha (Minas Gerais), Claro e Pilões (Goiás); territórios do Sudoeste da Bahia e do Alto Paraguai, situado em Mato Grosso.

PRODUÇÃO DE OURO — SÉCULO XVIII

PERÍODO	MINAS GERAIS	GOIÁS MATO GROSSO	SÃO PAULO BAHIA – CEARÁ
1700-1725	112.500 kg	_____	_____
1726-1735	97.500 kg	_____	_____
1736-1751	180.000 kg	_____	_____
1752-1787	270.000 kg	_____	_____
1788-1801	52.500 kg	_____	_____
1720-1801	_____	195.000 kg	75.000 kg
<i>Total</i>	713.500 kg	195.000 kg	75.000 kg

*Ao todo, o Brasil terá produzido, no século XVIII, perto de mil toneladas de ouro.*

*A partir de 1740, os números disponíveis são exatos:*

1740-1771 ..... 1.666.569 quilates

1772-1828 ..... 1.319.192 quilates

Total ..... 2.985.761 quilates

### A CORRIDA DO OURO E OS SANTOS CONTRABANDISTAS

Desde o início do século XVIII, a febre do ouro contagiou toda a colônia, motivando uma corrida proporcionalmente mais intensa que o rush da Califórnia, no século XIX. Um território de perto de dois milhões de quilômetros quadrados, até então desabitado, recebeu ao longo do século perto de 600 mil habitantes, distribuídos em núcleos pequenos e relativamente distantes entre si — forma de povoamento ainda característica hoje em Minas Gerais.

Um marco dessa ocupação foi a guerra dos emboabas, que se desenvolveu a partir de 1708. Os paulistas, ocupantes primitivos dos terrenos auríferos, tentaram impedir a invasão dos forasteiros, a quem chamavam de emboabas, palavra de origem tupi e de significado incertos ou irregulares: ou provém de embuá (centopéia e, na origem, qualquer inseto de pêlos erguidos) ou é aparentada com emboaçaba (mbo-açaba), a travessia, a passagem. Como era de se prever, venceram os invasores, chefiados por Manuel Nunes Viana.

Com boa parte do povo ocupado nas minas, criou-se um mercado interno e regional para produtos agrícolas e manufaturas importadas, o que resultou na multiplicação das vias de transporte e na fixação de uma fronteira agrícola que, ao contrário do que aconteceu em Pernambuco e na Bahia, não se voltava para os produtos de consumo europeu. Este o espírito que presidiu a colonização das terras férteis do Sul de Minas Gerais.

Outra conseqüência foi a rápida transformação do governo colonial em tirania fiscal voltada exclusivamente para a captação de impostos. Em 1700, nomearam-se os primeiros provedores e escrivães, com o fim de arrecadarem tributos. Em 1711, esta função passou aos ouvidores gerais. Fundaram-se, nesse ano, as vilas do Ribeirão do Carmo (Mariana), de Sabará e a Vila Rica (Ouro Preto). Em dezembro de 1720, separou-se a Capitania de Minas Gerais, para a qual foi nomeado governador D. Lourenço de Almeida. A administração se preparava para os novos tempos.

A corrida em direção às minas motivou uma série de medidas restritivas, como a proibição de viagem de padres para a área mineira (Carta Régia de 12 de novembro de 1713) e a proibição de viajarem para o Brasil outras pessoas que não os funcionários públicos (lei de 20 de março de 1720). A esta altura, a atração das minas ameaçava esvaziar Portugal.

Durante todo o reinado de D. João V, de 1706 a 1750, a política econômica resumiu-se a elevações de impostos — e isso não mudaria nem no governo do Marquês de Pombal (1750-1776) nem no de D. Maria I. Para a região aurífera, foram experimentados os sistemas-*dos quintos* (até 1713), com a destinação de vinte por cento do mineirado para a Coroa (em 13 anos de vigência, rendeu uma arrecadação de, no máximo, 210 quilogramas de ouro por ano, afora 172,5

quilogramas de apreensões, dados de 1713); *das avenças* (de 1714 a 1724), que consistia em incumbir as câmaras de repartir a quantidade combinada (ou avençada, em português arcaico – variando de 470 quilogramas a 555 quilogramas ao ano) para a Coroa; *dos quintos com derrama* (1725-1735), no qual voltou-se à prática de cobrar o imposto sobre a quantidade de ouro, com a inovação de que essa quantidade era controlada em casas de fundição oficiais, e não se alcançado a arrecadação mínima anual em cem arrobas (uma tonelada e meia) a cobrança compulsória (*derrama*) da diferença, distribuída por toda a população; *da capitação* (1736-1751), com a incidência do imposto em determinado volume por pessoa (por cabeça – o nome vem do latim *capita*), livre ou escrava, ocupada ou não nas minas, excluídas crianças até 14 anos e negros a serviço pessoal dos clérigos; *das avenças*, a partir de 1751, com derrama e a fixação do tributo em cem arrobas ao ano.

A determinação, em 1719, de se instalarem as casas de fundição onde passaria a ser obrigatoriamente processado todo o ouro das minas, provocou um verdadeiro levante na região, chefiado por Felipe dos Santos e Pascoal da Silva Guimarães. O Governador da Capitania, Conde de Assumar, que estava em Ribeirão do Carmo, concordou sob pressão em assinar um documento comprometendo-se a manter o sistema anteriormente em vigor. Depois, tomou providências militares contra os amotinados. Presos os líderes do movimento, Felipe foi morto e esquartejado.

Na luta contra o contrabando, a Coroa proibiu, em 1730, o exercício da profissão de ourives (a proibição seria reativada, em Carta Régia de 1766, mandando fechar as lojas dos ourives para evitar a sonegação). Desde 1719, com a lei que instituiu as casas de fundição, o ouro em pó estava proibido; circulou, porém, todo o tempo, pela colônia, sob os mais variados disfarces. Uma das maneiras de exportá-lo era encher estatuetas ocas de gesso ou madeira — os santinhos de pau oco, expressão que até hoje designa pessoas fingidas. Cabia aos guardas de estradas revirar a carapinha dos escravos à procura de diamantes, que também se contrabandeavam por qualquer meio, ainda o mais íntimo, de ocultação.

Em 1751, ao findar o período da capitação, foram restabelecidas, por decisão real, as quatro casas de fundição, de Vila Rica, São João del Rei, Sabará e Vila do Príncipe. Até 1763, o ouro rendeu à Coroa, quase todos os anos, o montante combinado de 1.500 quilogramas por ano (em 1750 chegara a render 1.900 quilogramas); daí em diante, nunca mais a quota foi atingida. Em 1765, houve a primeira derrama, no governo de Luís Diogo Lobo da Silva.

À medida que se esgotava o ouro de aluvião, a pressão tributária aproximava-se do insuportável. Além das taxas alfandegárias e do imposto cobrado pelo ouro, a colônia pagava, ainda, um subsídio voluntário (instituído em 1756, por um prazo de dez anos, que se renovou, ao findar-se, sempre sob pressão do reino) destinado a permitir a reconstrução de Lisboa recém-saída de um terremoto. A arquitetura da nova cidade, projetada por Eugênio dos Santos, reflete, em seu estilo sóbrio, o clima de abertura da época. Em 1772, foi instituído um subsídio literário, consolidando impostos sob vários produtos para pagamento de professores, no sistema escolar que sucedia, no Brasil, o ensino jesuítico.

## **JUNTO ÀS MINAS, UMA CULTURA COM TRAÇOS ORIGINAIS**

A mineração criou relações sociais distintas daquelas que se encontravam por toda parte no Brasil colonial. Em primeiro lugar, surgiram oportunidades individuais independentes de grandes favores da metrópole, o que estimulava a migração e o sentido da competição entre indivíduos. No século XVIII, a população da colônia elevou-se de 300 mil para 3,3 milhões de pessoas, excluídos os índios não assimilados. A estimativa censitária de 1819 refere-se a uma população total de 3.596.132 pessoas (afora uns 800 mil indígenas): Minas tinha 631.885 habitantes, o Rio de Janeiro 510 mil, a Bahia 477.912 e Pernambuco 371.465. No total, a porcentagem de escravos era de 31 por cento.

Enquanto nos engenhos e plantações coloniais a riqueza se concentra na diminuta classe dos senhores de terras, a atividade mineira cria uma classe relativamente numerosa de pessoas com recursos, o que resulta na existência de um mercado interno. Por outro lado, em lugar do isolamento

e da auto-suficiência das lavouras, o que se vê nas minas é a dependência de atividades complementares e do comércio. Cidades surgem de porte apreciável: uns cem mil habitantes no apogeu de Vila Rica, uns 40 mil no Tijuco (Diamantina). A divisão do trabalho se amplia, até mesmo por conta da fantástica expansão da atividade governamental de fiscalização e tributação. As distâncias sociais são menos nítidas.

Algumas destas circunstâncias — urbanização, comércio, especialização de atividades — fazem lembrar as condições criadas para o renascimento, ao fim da Idade Média europeia. E foi, de fato, em Minas Gerais do século XVIII que as artes em seu sentido amplo nasceram no Brasil e adquiriram traços de originalidade, monumentalidade e concentração no tempo e espaço. Ergueram-se templos, chafarizes, pontes. Construiu-se o Palácio dos Governadores (onde hoje funciona a Escola de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto). Um folheto de 1733, escrito por Simão Ferreira Machado, relata as cerimônias realizadas na transferência do Santíssimo Sacramento para a Matriz do Pilar: lá se noticia que houve representações teatrais. Anos mais tarde, perto da Igreja do Carmo, era construída a Casa da Ópera, sob o patrocínio de um rico contratador dos direitos de entradas, João de Souza Lisboa. Outra publicação especial — o *Áureo Trono Episcopal* — conta como chegou festivamente a Mariana, em 1745, vindo do Maranhão, o primeiro titular do bispado local, D. Manuel da Cruz.

No auge e na decadência da mineração, surgem em Minas Gerais mestres notáveis das técnicas do entalhe, da escultura e da arquitetura religiosa. De origem escrava ou muito modesta, esses artistas partem do barroco do século XVII europeu para reavivá-lo com traços originais, os primeiros especificamente brasileiros na arte. Nos trabalhos de Valentim da Fonseca e Silva — o Mestre Valentim — ou de Antônio Francisco Lisboa — o Aleijadinho — descobrem-se marcas de uma sensibilidade peculiar, que aparta o barroco mineiro da atribuição de decadência feita por muitos críticos ao barroco em geral.

Desses passos, das imagens, fontes, portas, pias, púlpitos, brasões, fachadas, interiores, igrejas, profetas, escreveu Oswald de Andrade:

*No anfiteatro de montanhas  
Os profetas do Aleijadinho  
Monumentalizam a paisagem  
As cúpulas brancas dos Passos  
E os cocares revirados das palmeiras  
São degraus da arte do meu país  
Onde ninguém mais subiu  
Bíblia de pedra sabão  
Banhada de ouro das minas  
(Ocaso)*

Mário de Andrade (autor de *Macunaíma* e de *Amar, Verbo Intransitivo*) escreve, sobre a obra do Aleijadinho:

*As igrejas do Aleijadinho não se acomodam com o apelativo belo, próprio a São Pedro de Roma, à Catedral de Reims ou à horrível São Marcos de Veneza. São dum sublime pequenino, dum equilíbrio, duma pureza tão bem arranjadinha e sossegada, que são feitas para querer bem ou para acarinhar, que nem na cantiga nordestina.*

Sobre o próprio Antônio Francisco Lisboa (nascido provavelmente em 1730 e morto a 18 de novembro de 1814, sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Antônio Dias), escreve Carlos Drummond de Andrade:

*Esse mulato de gênio lavrou na pedra-sabão todos os nossos pecados, as nossas luxúrias todas, e esse tropel de desejos, essa ânsia de ir para o céu e de pecar mais na terra; esse mulato de gênio subiu nas asas da fama, teve dinheiro, mulher, escravo, comida farta, teve também escorbuto e morreu sem consolação.*

Aleijadinho é, na segunda vida que a História dá a alguns eleitos, personagem da mitologia nacional e popular brasileira. Como D. Francisca da Silva, negra comprada, alforriada e amada pelo contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira; ou Chico Rei, que a tradição diz ter sido príncipe na Áfricae, aqui, conseguiu comprar a sua liberdade, a do filho e dos demais da tribo, adquiriu uma mina de ouro chamada Encardideira e fez edificar, no Morro do Vira Saia, em Vila Rica, a Igreja de Santa Efigênia, onde todas as imagens, desde Santa Rita de Cássia até São Francisco de Assis, são pretas, assim como ele.

As igrejas notáveis de Minas Gerais, os rostos orientais dos profetas de Congonhas do Campo — distribuídos nos três planos do pátio do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos — os perfis sensuais e solenes de edifícios e de santos ganham vida aos acordes da música de maestros de cuja obra pouca coisa chegou até o século XX. O notável, no que se refere à música, é o domínio técnico de um organista como José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Antônio, em Diamantina; sua Antífona de Nossa Senhora traduz familiaridade com os sinfonistas italianos. Atuais em seu tempo e conformes com o projeto arquitetônico e plástico são também Francisco Gomes da Rocha, autor da Novena de Nossa Senhora do Pilar, o trompetista Marcos Coelho Neto ou o cantor e regente Inácio Pereira Neves.

Na poesia, a forma arcádica, a convivência e a participação na Inconfidência Mineira aproximam Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793), carioca, Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), mineiro de Mariana, e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), nascido no Porto e chegado a Vila Rica como ouvidor da Comarca. A estes se junta Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), também acusado pelo Conde de Resende de tramar contra o governo e a religião e que cumpriu, por isso, dois anos e meio de prisão. De todos, Tomás Antônio Gonzaga é o melhor poeta. As Liras que dirigiu a sua amada Marília traçam o roteiro psicológico do amor. O caráter pré-romântico contribuiu para tornar Marília de Dirceu a mais popular das obras clássicas da poética em língua portuguesa, depois (e diferentemente) de *Os Lusíadas* e *Sonetos* de Camões. São versos que rodaram mundo e dos quais se conhecem traduções admiráveis, como as feitas por Pushkin, para o idioma russo.

Falta à forma literária dos arcádicos mineiros qualquer traço que os diferencie dos poetas europeus: são obras formalmente integradas na literatura de Portugal, desenvolvidas a partir da experiência universitária de Coimbra. Nelas, a terra aparece como objeto, eventualmente estranho e belo, mas não informativo do estilo. No entanto, do ponto de vista do conteúdo, algumas das Liras são marcadas pelo engajamento político, pela reflexão sobre a tirania, pela rebeldia diante dos exageros do poder — algo mais em favor de sua durabilidade.

Atribui-se a Tomás Antônio Gonzaga a autoria das *Cartas Chilenas*, sátira e documento de intenções do grupo, em que o Governador Luís da Cunha Menezes é ridicularizado na figura do arbitrário Fanfarrão Minésio. E merecia, pelos recursos que empregou (da exigência de contribuição à instituição de uma loteria) para obter fundos e pelo próprio espírito de sua grande obra: o prédio da Cadeia, onde hoje funciona o Museu da Inconfidência, em Vila Rica. Lê-se, na Segunda das *Cartas Chilenas*:

*E há de bem governar remotas terras  
Aquele que não deu, em toda vida,  
Um exemplo de amor à sã virtude?  
As letras, a justiça, a temperança  
Não são, não são morgados que fizesse  
A sábia natureza, para andarem,  
Por sucessão, nos filhos dos fidalgos.*

## O CASTIGO CRUEL DE POUCO MAIS QUE UM SONHO

A independência dos Estados Unidos foi proclamada em 1776. Dez anos depois, na cidade francesa de Nimes, Thomas Jefferson, futuro presidente norte-americano e então embaixador em Paris, encontrou-se com um certo Vendeck para conversar sobre a possibilidade de uma revolução que separasse o Brasil de Portugal.

Vendeck, na realidade o estudante carioca José Joaquim da Maia, tinha pouca coisa objetiva a apresentar e tudo o que pôde recolher de Jefferson, afora a exposição de pontos de vista liberais, foi a admissão de que os Estados Unidos poderiam abastecer a república brasileira de alguns artigos julgados essenciais, como o trigo e o bacalhau.

Maia não chegou a voltar ao Brasil; morreu algum tempo depois, em Lisboa. Ficou, no entanto, documentação do encontro, seguramente não o único entre brasileiros e líderes do movimento libertário que então varria Europa e América. Impedidos de estudar no Brasil pelas leis portuguesas que aqui vedavam a instalação de universidades, os muitos estudantes que viajavam à Europa eram os portadores naturais das novas idéias.

Aqui chegavam também livros proibidos, que a Alfândega, por ignorância ou corrupção, deixava passar. Num registro de carga de 1791, destinado à Vila do Príncipe, perto do Arraial do Tijuco, em plena Chapada Diamantina, lêem-se os nomes de Voltaire, Rousseau, Montesquieu. Por menos que se divulgassem, as idéias desses escritores – e o exemplo do que estava acontecendo pelo mundo – encontravam condições excelentes de penetração na região mineira, sob forte pressão tributária e em plena decadência das jazidas de ouro.

Foi através de um rapaz de 28 anos que se formara em Física, Química e História Natural na Universidade de Coimbra e fizera estudos posteriores na Inglaterra que as idéias revolucionárias chegaram a Tiradentes, então no Rio de Janeiro. O jovem Dr. José Álvares Maciel e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier trocaram experiências: um falou da Europa e dos sonhos de liberdade, o outro da crise que lavrava na Capitania das minas. Começou então a nascer a Inconfidência Mineira.

Tiradentes nasceu no Sítio do Pombal, à margem direita do Rio das Mortes, freguesia de Santa Rita do Rio Abaixo, a 17 quilômetros de São José del Rei, hoje Tiradentes. Seus pais, Domingos da Silva Santos e Antônia da Encarnação, ali tiveram terras e sete filhos; o quarto, Joaquim José, foi batizado em 12 de novembro de 1746, na capela de São Sebastião do Rio Abaixo.

Dona Antônia morreu quando o menino tinha nove anos; Domingos não sobreviveu muito tempo. Adolescente e órfão, Joaquim José aprendeu o ofício de dentista com o padrinho, Sebastião Ferreira Leitão, e as primeiras letras provavelmente com o mais velho dos irmãos, Domingos, que se preparava para ser padre. Em 1767, com vinte anos, pagou 640 réis e obteve a emancipação que lhe permitiu usar os bens a ele destinados na partilha da herança; pôs-se, então, pelos caminhos de Minas como tropeiro, negociante. Em Minas Novas, certa ocasião, foi preso e expulso da vila: segundo a tradição, envolveu-se numa briga ao defender um escravo que estava sendo espancado.

Em 1775, Tiradentes entrou para a Companhia dos Dragões de Vila Rica, já como alferes. No ano seguinte, serviu na Sexta Companhia do Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais, comandado pelo Capitão Baltazar João Mayrink, pai de Maria Dorotéia, a Marília de Tomás Antônio Gonzaga. Diante dos boatos de que uma esquadra espanhola estava pronta para atacar o Rio de Janeiro, o vice-rei Marquês do Lavradio, pediu reforço de tropas a D. Antônio de Noronha, Governador da Capitania de Minas Gerais: isto trouxe, em 1777, Joaquim José ao Rio de Janeiro, onde esteve por algum tempo. Em 1781 foi nomeado comandante do Destacamento do Caminho do Rio, com a incumbência de proteger os viajantes e reprimir o contrabando. Em ofício ao governador, em 19 de abril de 1783, ele dá conta de providências que tomou no combate a quadrilhas de assaltantes da região, responsáveis por muitos assassinatos: a impressão que dá é de um oficial muito competente, dotado de iniciativa e senso para condução de investigações. Nos anos seguintes, receberia incumbências de responsabilidade, como a guarda do armamento depositado no

quartel de Vila Rica; por considerá-lo com "inteligência mineralógica", o Governador Luís da Cunha Menezes o designou, a 21 de abril de 1784, para procurar novas áreas auríferas no sertão.

Mesmo assim, Joaquim José jamais foi promovido. Por quê? A única indicação objetiva de um motivo está no depoimento de Vicente Vieira da Mota, durante a devassa da Inconfidência Mineira; conta ele que o alferes, já por esse tempo, queixava-se e criticava o Governo.

Tiradentes tentou, durante uma licença prolongada, dedicar-se à lavra do ouro. Não teve êxito. Tentou sobreviver fornecendo mantimentos às tropas do governo. Por todo o tempo, continuou a se dedicar à extração e prótese dentária. Utilizando o osso como matéria-prima, trabalhava com perfeição, segundo o testemunho, entre outros, de Frei Raimundo da Anunciação Penaforte.

Em 1787, Tiradentes voltou ao Rio de Janeiro e pretendeu junto ao Conselho Ultramarino, autorização para a construção de moinhos nos Rios Andaraí e Maracanã. Pensou em viajar a Portugal e só não o fez porque adoeceu. Em 1788, segundo José Joaquim da Rocha, defendia a idéia de que a utilização das águas dos dois rios poderia resolver os problemas de abastecimento da cidade, que se agravavam. Foi por essa época que sucedeu o encontro de Joaquim José da Silva Xavier com o jovem Dr. Maciel, filho do capitão-mor de Vila Rica e cunhado do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante do Regimento de Cavalaria de Minas.

### **OS PLANOS: SENHA, BANDEIRA, REPÚBLICA**

A Inconfidência Mineira foi, em boa parte, uma conspiração de endividados. Isto não surpreende se considerarmos que 1788 foi um ano-chave no esgotamento das minas de ouro, fenômeno cuja evidência a corte de Portugal demorou a admitir. Sua primeira reação, ao notar que menos ovos dourados chegavam de seu aviário americano, foi culpar os descaminhos do trajeto e a brandura dos capatazes. Mudou-se o governador de Minas Gerais por outro, o Visconde de Barbacena, que se supunha mais competente, e a ele o Ministro Martinho de Melo e Castro determinou que procedesse à derrama. Mas já então Vila Rica, mantendo seus hábitos de fausto, apresentava uma notável concentração de devedores do Tesouro Real.

Em agosto desse ano, 1788, Tiradentes chegou à cidade, junto com o Ouvidor-Geral Pedro José Araújo de Saldanha, que vinha substituir no cargo Tomás Antônio Gonzaga. Seu prazo de licença militar se esgotara há algum tempo e ele teve de valer-se do prestígio de José Álvares Maciel para receber os soldos atrasados. Daí em diante, a conspiração entrou na sua etapa decisiva.

Em outubro, na Vila de São José del Rei (hoje Tiradentes), comemorou-se com uma festa o batizado de dois filhos do poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto; Tomás Antônio Gonzaga era o padrinho de um deles. Durante a cerimônia, na casa do celebrante, Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, Alvarenga Peixoto chegou a erguer um brinde à esposa, Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, dizendo que ela ainda haveria de ser rainha. A imprudência da frase dá a idéia de quão longe ia, àquela altura, o projeto da independência.

Além de Maciel e de Joaquim José da Silva Xavier estavam, então, seguramente envolvidos no planejamento da revolta o Padre Toledo e Melo (nascido em Taubaté, 57 anos), Alvarenga Peixoto (natural do Rio de Janeiro, 44 anos), o Padre José da Silva e Oliveira Rolim (de Diamantina, 41 anos), o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante do Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais e cunhado de José Álvares Maciel (tinha 32 anos e nascera no Rio de Janeiro) e Joaquim Silvério dos Reis, antigo contratador de direitos de entradas.

Eram pessoas proeminentes na comunidade, cada uma com motivos particulares para se opor ao regime da colônia. Rolim, por exemplo, irmão de criação de Francisca da Silva, a dama negra do Distrito Diamantino, fora expulso da Capitania no tempo de Luís da Cunha Menezes e tentava, sem êxito, junto ao Visconde de Barbacena, a suspensão do banimento; Silvério dos Reis devia à Fazenda Real uma quantia imensa e temia que, com a provável dissolução dos Regimentos de Auxiliares, sua patente militar como coronel fosse inefetivada.

Todavia, o projeto que prepararam para a revolução era liberal, republicano e adequado ao pensamento europeu da época. Na noite de 26 de dezembro, em reunião na casa do Tenente-

Coronel Paula Freire, foram discutidos aspectos práticos do movimento. Por proposta de Tiradentes, foi escolhida a bandeira com um triângulo em campo branco. Estabeleceu-se a senha: *Tal dia é o batizado*. Combinou-se a transferência da capital para São João del Rei, a criação de uma universidade em Vila Rica, a concessão de prêmios às famílias numerosas, a livre circulação do ouro e, naturalmente, o cancelamento das dívidas de que era credora a Junta da Real Fazenda. No dia 27, em casa de Cláudio Manuel da Costa, escolheu-se como lema um verso de Virgílio — *Libertas quae sera tamen*. Quem deu a idéia foi Alvarenga Peixoto.

Acusa-se em geral Tiradentes de ter falado demais, no seu entusiasmo pela conquista de adesões. No entanto, não foi ele o único a agir assim (o brinde erguido por Alvarenga Peixoto demonstra isso) e o clima aberto da conspiração decorria dos próprios planos: os incondidentes não planejavam apenas um golpe, para matar ou expulsar o Visconde de Barbacena, mas contavam resistir à reação portuguesa. Para isso, era importante assegurar adesões na Capitania do Rio de Janeiro; mesmo considerando um ataque por mar, a utilização das montanhas mineiras para a defesa dependia do apoio de vigários, comerciantes, oficiais e soldados dispersos por um grande número de localidades.

Observe-se ainda que a conspiração não se perdeu por esse falatório; o papel de traidor coube a um dos conspiradores mais ativos e de primeira hora. Por outro lado, foi exatamente o silêncio de quantos ouviram falar do levante — fazendeiros ricos como o Coronel José Aires Gomes, sacerdotes como Manuel Rodrigues da Costa, do Regimento Velho, o próprio Tomás Antônio Gonzaga (que participou da reunião de 26 de dezembro, ouvindo sem opinar) — o mais sério indicativo do clima que reinava na colônia.

A 15 de março de 1789, Silvério dos Reis procurou o Visconde de Barbacena e contou tudo, livrando apenas Cláudio Manuel da Costa, seu advogado. Perto de um mês antes, em reunião na casa do Capitão José de Resende Costa, o Sargento-Mor Luís Vaz de Toledo (irmão do vigário de São José del Rei) brindara Silvério, "que daqui a um ano não há de dever coisa alguma à Fazenda Real". E o coronel dos Regimentos Auxiliares, amigo de Tiradentes de longa data, pusera-se, ele mesmo, a propagar o movimento, chegando a anunciar, no Arraial da Igreja Nova, em São José e na Borda do Campo, que o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais "brevemente haveriam de ser repúblicas".

A que se deveu, pois, a traição? Seguramente, ao medo. E o instante da mudança de atitude de Silvério dos Reis pode ser localizado em 3 de março de 1789, quando a Junta da Real Fazenda, ao intimá-lo a prestar contas, o acusou de comportamento "doloso, fraudulento e falsificador". No documento, datado de 11 de abril, em que formaliza a denúncia, o delator deixa claro que seus motivos para trair eram os mesmos que o levaram a aderir à conspiração: pretendia o perdão da dívida de 220 contos, 423 mil e 149 réis.

Tiradentes viajara para o Rio de Janeiro. Diante da denúncia de Silvério dos Reis — que ele próprio desprezava como "homem de mau coração e capaz de usar para a sua conveniência de meios violentos" — o Visconde de Barbacena cuidou de suspender a derrama, cujo início era o sinal para a revolta. Isto ocorreu a 23 de março. A 25, o governador comunicou o que se passava ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, seu tio, e pediu auxílio imediato de tropas do Rio de Janeiro.

Seguiu-se a maré das delações, em que muitos trataram de salvar a pele atirando para diante o peso da culpa. Os primeiros foram Basílio de Brito Malheiro do Lago e Inácio Correia Pamplona. A 13 de maio de 1789, o jovem comandante Paula Freire, desconhecendo ainda a prisão de Tiradentes no Rio, procurou o governador para entregar os companheiros — depoimento que formalizaria por escrito, quatro dias depois. Um psicólogo diria que a presença paternal do Estado era muito viva naqueles homens: julgando-se desatendidos, conspiravam para aniquilá-lo; descobertos e na iminência do castigo, agiram com uma mistura de temor infantil e sentimento de culpa.

Desabava a conspiração. Em seguida, viria a devassa, durante a qual a figura de Tiradentes iria crescer contra o desolador pano de fundo da covardia dos homens ricos, até o instante do martírio e da glória.

## TODAS AS PENAS COMUTADAS, MENOS UMA

Transformado em espião pelo Visconde de Barbacena no dia mesmo em que denunciou a revolução que se tramava, Silvério dos Reis partiu no encalço de Tiradentes e chegou junto com ele ao Rio, trazendo a carta do governador ao vice-rei. Na postura ambígua que o caracterizava, chegou a recomendar ao alferes que tivesse cuidado e a sugerir a possibilidade de vazamento da conspiração.

Tiradentes passou a ser seguido no Rio; num golpe de audácia, procurou o vice-rei para queixar-se. Surpreendeu-o a excessiva cortesia da recepção e ele então, munido de duas cartas de recomendação de amigos, tratou de esconder-se na casa de Domingos da Cruz, na Rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias), de onde continuou a manter contato com Silvério dos Reis, através do Padre Inácio Nogueira de Lima. Preso o sacerdote, terminou revelando o endereço a Luís de Vasconcelos e Sousa.

Na noite do dia 10 de maio, uma escolta chefiada pelo ajudante Francisco Pereira Vidigal prendeu Joaquim José da Silva Xavier. O instante da prisão foi fixado pelo pintor Antônio Parreiras, em quadro a óleo do acervo do Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. Os inimigos contemporâneos de Tiradentes-símbolo contestam a validade da pintura, em que o alferes aparece de pé, com o bacamarte na mão direita e a mão esquerda sobre um dos pilares altos da cama; argumentam com base no documento em que seus captores relataram o feito às autoridades. Lá se diz que eles entraram "pelas portas das ditas casas, que se achavam abertas, e encontraram o dito alferes em um quarto, que há no sótão das ditas casas, metido atrás da cama com um bacamarte nas mãos". O erro histórico existe em uma obra de arte apenas quando se comprova a contradição manifesta entre a versão artística e a realidade documentada de um evento; no caso, a expressão "atrás da cama" permite à imaginação criadora conceber desde a pose altiva eleita por Parreiras (já descoberto, o alferes caminha ao encontro dos invasores) até uma variedade enorme de outras — entrincheirado na cama, escondido pelo colchão, de joelhos, agachado. Mas não teria sentido um atemorizado fugitivo receber seus captores tendo na mão arma com cano de um palmo, carga de dois terços de palmo e 107 grãos de chumbo grosso, como afirma o "auto de exame". O autoritarismo dos inimigos atuais de Tiradentes é, portanto, o que os conduz a discordar da interpretação de Parreiras porque não é idêntica à deles.

Da Rua dos Latoeiros, Joaquim José da Silva Xavier foi levado para a Ilha das Cobras. Lá já se encontrava Silvério dos Reis, que permaneceu detido até janeiro de 1790. Ao ser libertado, o delator teve que residir no Rio de Janeiro, onde se sentia cercado de hostilidade. Em março de 1791, numa carta ao Ministro Martinho de Melo e Castro, ele se queixava que por três vezes escapara de emboscadas de seus inimigos. Viajou a Portugal, onde recebeu, entre outros prêmios, o Hábito de Cristo; de volta, tentou residir em Campos (Estado do Rio) mas terminou sendo escorraçado. Do Rio se transferiu ao Maranhão, em 1808, percebendo dos cofres reais a pensão anual de 400 mil réis — pouco, para quem se dera ao luxo de dever mais de 200 contos de réis. Lá faleceu, em São Luís, a 17 de fevereiro de 1819, sendo sepultado na Igreja de São João Batista.

A 7 de maio de 1789, com Tiradentes ainda escondido em casa de Domingos da Cruz, o vice-rei determinou a abertura de uma devassa no Rio de Janeiro. Foram designados para chefiá-la o Desembargador José Pedro Machado Coelho Torres e o Ouvidor Marcelino Pereira Cleto. A devassa em Minas Gerais só seria instaurada, por ordem do Visconde de Barbacena, a 12 de junho, sob a responsabilidade do Ouvidor-Geral Pedro José Araújo de Saldanha e do Ouvidor de Sabará, José Caetano César Manitti.

Entre uma e outra destas datas, procedeu-se ao desmonte do que restava da conspiração. Uma escolta, enviada ao Rio das Mortes, prendeu Alvarenga Peixoto, o Padre Carlos Correia de Toledo e seu irmão, o Sargento-Mor Luís Vaz de Toledo. Outra, no Tijuco (Diamantina) localizou os Padres José da Silva e Oliveira Rolim e o irlandês Nicolau Jorge. Pelo menos foram estas as ordens que receberam e deram por cumpridas.

Tomás Antônio Gonzaga foi detido pelo Coronel Francisco Antônio Rebelo, ajudante-de-ordens do governador, e escoltado até o Rio de Janeiro. Em setembro, o Tenente-Coronel Paula

Freire e seu cunhado, o Dr. José Alvares Maciel, teriam igual destino: o oficial estava desde julho afastado de seu comando e incumbido de "pesquisas mineralógicas".

Os tons de tragédia já se configuravam. A 4 de julho, apareceu morto, em sua prisão na Casa do Real Contrato o poeta Cláudio Manuel da Costa, que acabara de ser submetido a duro interrogatório. O laudo pericial concluiu por suicídio mas seus termos sugerem que o prisioneiro foi assassinado — assunto que é objeto de interminável discussão entre historiadores.

Os fatos apurados nas duas devassas paralelas levariam, finalmente, o Ministro Martinho de Melo e Castro a propor à rainha a constituição de um tribunal especial de alçada, presidido pelo Desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho e composto pelos adjuntos Antônio Gomes Ribeiro e Antônio Dinis da Cruz e Silva, que chegaram ao Brasil em fins de 1790.

A inquirição foi exaustiva e se tornou mais abrangente com interferência direta da Coroa: em 1791, foram presos José Aires Gomes, Vicente Vieira da Mota, José de Resende Costa e seu filho, que até então eram mantidos em liberdade. As providências de segurança incluíram o rodízio das prisões, de modo que Tiradentes, em outubro, foi transferido para o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, no Largo da Carioca.

O alferes, no Rio, prestou onze depoimentos. Nos três primeiros, atendo-se à combinação prévia entre os conspiradores, manteve a postura de negar tudo: foi um dos poucos a fazê-lo. No quarto interrogatório, mudou radicalmente de atitude. "Assim queria Deus, que se soubesse", começou. E falou, sem lamuriar-se, assumindo as culpas, sem jamais protestar inocência. Mencionou as preterições de sua carreira militar, as péssimas condições da Capitania das Minas, o descontentamento do povo. Não se arrependeu e a ninguém acusou. Pelo contrário: assumiu com empenho a defesa da inocência de Tomás Antônio Gonzaga, de quem era desafeto e negou por inteiro a participação do Capitão Maximiano e de outros companheiros de tropa.

Em outro plano, impôs-se no inquérito a figura de Tomás Antônio Gonzaga. Defendeu-se com serenidade e conhecimento das leis, sem inculpar qualquer pessoa nem facilitar a tarefa dos juízes. O acórdão do tribunal foi lido na madrugada do dia 19 de abril de 1792, na sala do Oratório da Cadeia do Rio de Janeiro, pelo Desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha: dos 26 presos, 11 foram condenados à morte na forca e os demais a degredo. Havia sido pouco proveitosos os esforços do advogado designado para os réus, José de Oliveira Fagundes, da Casa de Misericórdia, cuja linha de defesa consistiu em negar seriedade ao movimento. No caso de Tiradentes, ele acentuou sua pobreza e conseqüente desprestígio na vida da colônia para caracterizá-lo como inconseqüente e insano — única hipótese, de fato, de obter perdão para quem tão desassombadamente assumira as culpas da conjuração.

Quarenta e oito horas após a leitura da sentença, o advogado apresentou embargo, que foi imediatamente negado. Requereu vista do processo; tendo consumido três anos para decidir, a Justiça concedeu-lhe meia hora. Deveriam morrer Joaquim José da Silva Xavier, José Álvares Maciel, o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, Domingos Vidal de Barbosa, José de Resende Costa e seu filho de mesmo nome.

O destino estava aparentemente consumado para todos quando, em manobra de certa teatralidade cruel, destinada a alimentar a fama piedosa da rainha, o Desembargador Vasconcelos Coutinho fez juntar aos autos Carta Régia passada por D. Maria I a 15 de outubro de 1790. Nela determinava-se a comutação das penas de morte em degredo, exceto para quem tivesse participado de pregações e discursos em público. Escolhera-se como bode expiatório aquele cuja execução menor repercussão negativa traria para a Coroa. Ou, como o próprio Tiradentes comentou para o frade franciscano que o assistia: "A corda sempre quebra pelo lado mais fraco."

## **O DIA DA EXECUÇÃO NA TERRA DO LUNDU E DA MODINHA**

Em 1789, ano decisivo da conspiração mineira, editava-se a Declaração dos Direitos Humanos. Uma grande novidade percorria a Europa e a América, acionando a retórica do desespero

nos Estados conservares. Pode-se afirmar que a sentença de Tiradentes, e a estratégia de magnanimidade seguida por D. Maria I refletiriam o temor destas notícias. Afinal, a Inconfidência de Minas Gerais jamais saiu do terreno das palavras; não se desdobrou sequer numa guerrilha. Já em setembro de 1790, o Ministro Martinho de Melo e Castro escrevia ao Visconde de Barbacena, observando que os inconfidentes representavam, antes de serem descobertos, "suas disposições como certas, seguras e prontas a se executarem"; logo que reveladas, tais disposições "repentinamente desapareceram, reduzidas efetivamente a nada, sem delas existir o menor vestígio".

A resposta exorbitante a um simples projeto de insurreição mostra o quanto o poder se sentia acuado pelos fatos, na Europa conturbada. O avanço dos conhecimentos ampliava incrivelmente o mundo e, ao mesmo tempo, parecia forçado a desabar. Sabia-se mais dos povos americanos, dos árabes, dos indianos e chineses; revelava-se a pré-história dos germânicos, e celtas; o Almirante Cook varava as ilhas do Pacífico; os astrônomos mostravam que o universo tinha limites assombrosos. A grandeza das cortes parecia mesquinha diante de tanta enormidade e a ordem de coisas até há pouco assentada vergava diante da crítica do persa de Montesquieu e dos chineses de Voltaire: o "melhor dos mundos" revelava-se como pura alienação do Dr. Pangloss, personagem do *Cândido*.

Na verdade, não era a Terra que desabava, mas uma classe e sua ideologia, que durante séculos se instituíra e penetrara em toda a sociedade. O sentimento da morte da aristocracia está presente no êxtase místico de Christopher Smart (1722-1771), de William Cowper (1731-1800) ou de William Blake (1757- 1827), poetas da fé mas também da devassidão e da ironia. Escreve Blake:

*Ver mundos em grãos de areia,  
paraísos em flores silvestres,  
agarrar o infinito na palma da mão  
e confinar a eternidade numa hora.*

A pequena burguesia — artífices urbanos, intelectuais de dotes modestos como os vigários, gente recém-alfabetizada — canalizava seu ódio à aristocracia na recusa da linguagem culta e da racionalidade, na valorização dos sentimentos e das sensações. O Abade Antoine-François Prevost d'Exiles morrera em 1763, mas seu romance *História do Cavaleiro des Grieux e de Manon Lescaut* inaugurava, ao lado de Samuel Richardson, o tempo das histórias feitas para sentir e chorar. Talvez o mais significativo dos heróis desse tempo seja, não des Grieux e sua Manon, presa e deportada para a América francesa, ou Clarissa, de Richardson, que despertava lágrimas para muitos lenços: pode-se melhor escolher Primrose, o *Vigário de Wakefield*, de Oliver Goldsmith (1728-1774), em que se elogia a ingenuidade que sofre, a desilusão sem desespero.

Em muitos aspectos, a última metade do século XVIII lembra esta nossa metade do século XX. Nas sociedades secretas, cultivam-se rituais bizarros; contam-se histórias terríveis ambientadas no futuro ou no passado que ameaça retornar; a esperança do milagre salvador é acalentada pelos aristocratas e aceita pelos outros. Foge-se quando possível pelo culto da luxúria, da poesia popular, da volta à natureza, da denúncia das formas convencionais e clássicas de viver e de escrever; busca-se a descontração, a aventura, o exotismo.

Jacopo Casanova (1725-1798), plebeu admitido no mundo aristocrático, assiste e participa sem saber de sua destruição, que documentará nas famosas *Memórias*. Afinal, em 1778, morre Jean-Jacques Rousseau, cujo libelo contra a ordem vigente — social, moral, política — conduz à exaltação de um novo soberano, o homem comum, nascido bom e corrompido pela injustiça.

Em Portugal, é tempo de Nicolau Tolentino, que retrata em suas sátiras uma sociedade sem grandeza e sem fibra, diante da qual se pode ser fatalista, lúcido e resignado. Ou de Manuel Maria Barbosa du Bocage que, em 1786 ou 1787, passou pelo Rio de Janeiro a caminho de Goa — idílico, erótico, aventureiro e boêmio. Se perguntassem a um lisboeta da época o que havia no Brasil, além do ouro, ele certamente ciaria o lundu de Domingos Caldas Barbosa, sucesso na corte de D. Maria I..

O poeta Domingos é o precursor desses artistas que despertam em seus conterrâneos sentimentos de colonial orgulho quando conseguem ser notados na Europa e nos Estados Unidos. Nascido em 1738, era mulato e deixou o Brasil envolvido vagamente em intrigas políticas. A partir de 1775, fez moda em Lisboa com suas canções que acompanhava na viola. Eram cantigas de amor tão irreverentes que Antônio Ribeiro dos Santos afirma ter corado de vergonha — "como se me achasse de repente em bordéis ou com mulheres de má fazenda" — ao ouvi-las cantadas por "mancebos e donzelas" num sarau na casa da Marquesa de Alorna. "As canções brasileiras" — escreve o francês Link, que as ouviu em sua viagem a Portugal — "nos encantaram pela maior variedade e pela jovialidade tão franca e ingênua quanto o País de onde provêm."

O Brasil das modinhas e dos lunduss de Caldas Barbosa é pitoresco e caloroso:

*Nhanhá cheia de chulices  
Que tantos quindins afeta,  
Queima tanto a quem adora  
Como queima a malagueta.  
(Lundu de cantigas vagas)*

*Nós lá no Brasil  
A nossa ternura  
A açúcar nos sabe  
Tem muita doçura,  
Oh! se tem! tem!  
Tem um mel mui saboroso,  
É bem bom, é bem gostoso  
As ternuras desta terra  
Sabem sempre a pão e queijo,  
Não são como no Brasil  
Que até é doce o desejo.  
(Doçura de amor)*

A esta colônia descrita com tantas imagens gustativas, D. Maria I e seu Tribunal de Alçada brindariam com um espetáculo digno do terror imperial, contrapartida necessária dos descuidos da boêmia de Lisboa. A sinopse da brutal representação figura na sentença lida a 20 de abril:

*... que (Joaquim José da Silva Xavier) com barço e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada para Vila Rica aonde em o lugar mas público dela seja pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro partes, e pregados em postes, pelo caminho de Minas no sítio da Varginha e das Cebolas aonde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações até que o tempo também o consuma.*

### **AS CENAS FINAIS: O BREVE CALVÁRIO DE ABRIL**

O Rio de Janeiro amanheceu enfeitado a 21 de abril de 1792: assim determinara o vice-rei.

Tiradentes vestira a longa camisola branca — a alva dos condenados — e se mostrava sereno, rezando sempre. As tropas formavam ao longo das Ruas da Cadeia (Assembléia) e do Piolho (Carioca) até a entrada do Campo de São Domingos: soldados dos regimentos de Moura, Bragança e de Estremoz e até mesmo a guarda do vice-rei, comandada por um de seus filhos. Autoridades: o Juiz de Fora, Baltazar da Silva Lisboa, representando o Senado da Câmara, o Desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha, a quem caberia atestar a execução.

O condenado chegou com um crucifixo entre as mãos amarradas, seguido pelos irmãos da Misericórdia com a bandeira de praxe. Frei José Jesus Maria do Desterro, guardião do Convento de Santo Antônio, fez longo sermão, louvando a rainha. O carrasco da Capitania cobriu a cabeça de Tiradentes, empurrou-o, rufaram os tambores.

Por três dias as fachadas ostentaram luminárias, no Rio e em Vila Rica. A 25, na Igreja do Carmo, Rio, e na Matriz do Pilar, Vila Rica, houve celebrações religiosas. Documento da época especifica que a finalidade do Te Deum solene do Carmo era "persuadir os povos à fidelidade a uma soberana, que por felicidade temos, tão amável, tão pia, tão clemente; e rogar a Deus que lhe conserve a vida e a saúde". Duzentas velas ardiam no templo.

À noite do mesmo dia, em Vila Rica, na solenidade a cargo do Senado da Câmara, o Vereador Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos deu prosseguimento à patética demonstração de servilismo áulico, citando a cabeça de Tiradentes colocada no alto de um poste, em frente ao Paço Municipal para condenar "o crime horrendo, cujo efeito mostram no centro daquela praça os restos de um pérfido".

Palavras que não diziam muito. Afinal, faltavam poucos anos para Tiradentes renascer na alma de seu povo.